



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Unidade Regional de Regularização Ambiental Zona da Mata - Coordenação de Análise Técnica

Parecer nº 69/FEAM/URA ZM - CAT/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0039800/2023-36

PARECER ÚNICO Nº 69/FEAM/URA ZM - CAT/2023 (77695273 SEI!)		
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA SLA: 820/2023	SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC (LAC 2)	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos	
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	CERTIDÃO:	SITUAÇÃO:
Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico	432878/2023	Certidão emitida
Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico	432888/2023	Certidão emitida

EMPREENDEDOR:	Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.	CNPJ:	04.763.278/0001-71
EMPREENDIMENTO:	Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.	CNPJ:	04.763.278/0001-71
MUNICÍPIO(S):	Santo Antônio do Aventureiro	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS84	LAT/Y 21°45'52.64"S	LONG/X 42°48'18.19"O	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL:	Rio Paraíba do Sul	BACIA ESTADUAL:	Rio do Aventureiro
UPGRH:	PS2 - Rios Pomba e Muriaé	SUB-BACIA:	Córrego da Areia
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:			
Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas áreas urbanas (peso 1)			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	
F-01-09-5	Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados	4	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Rogério dos Santos Galhardo (Eng. Agrônomo) – RCA e PCA; estudo critério locacional		CREA RJ 53353/D MG (ART Nº MG20231956932; MG20231913027)	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 62/2023 (Sei 72232872)			DATA: 23/08/2023

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Jéssika Pereira de Almeida – Gestora Ambiental	1.365.696-2	
Daniela Rodrigues da Mata – Gestora Ambiental	1.364.810-0	
Adhemar Ventura de Lima – Analista Ambiental	1.179.112-6	
Julita Guglinski Siqueira – Gestora Ambiental de Formação Jurídica	1.395.987-9	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente Coordenadora de Análise Técnica	1.097.369-1	

De acordo: Raiane da Silva Ribeiro
Coordenadora de Controle Processual

1.576.087-9



Documento assinado eletronicamente por **Jessika Pereira de Almeida, Servidor(a) Público(a)**, em 28/11/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Ferraz Vicente, Diretor (a)**, em 28/11/2023, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Rodrigues da Matta, Servidor(a) Público(a)**, em 28/11/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adhemar Ventura de Lima, Servidor(a) Público(a)**, em 28/11/2023, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Julita Guglinski Siqueira, Servidor(a) Público(a)**, em 28/11/2023, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raiane da Silva Ribeiro, Diretor (a)**, em 28/11/2023, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77695273** e o código CRC **286FCE38**.



PARECER ÚNICO Nº 69/FEAM/URA ZM - CAT/2023 (77695273 SEI!)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA SLA: 820/2023	SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva – LOC (LAC 2)	VALIDADE DA LICENÇA: 10 anos	
PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	CERTIDÃO:	SITUAÇÃO:
Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico	432878/2023	Certidão emitida
Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico	432888/2023	Certidão emitida

EMPREENDEDOR: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.	CNPJ: 04.763.278/0001-71
EMPREENDIMENTO: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.	CNPJ: 04.763.278/0001-71
MUNICÍPIO(S): Santo Antônio do Aventureiro	ZONA: Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): WGS84	LAT/Y 21°45'52.64"S LONG/X 42°48'18.19"O
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
BACIA FEDERAL: Rio Paraíba do Sul	BACIA ESTADUAL: Rio do Aventureiro
UPGRH: PS2 - Rios Pomba e Muriaé	SUB-BACIA: Córrego da Areia
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas áreas urbanas (peso 1)	
CÓDIGO: F-01-09-5	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017): Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados
CLASSE: 4	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Rogério dos Santos Galhardo (Eng. Agrônomo) – RCA e PCA; estudo critério locacional	REGISTRO: CREA RJ 53353/D MG (ART Nº MG20231956932; MG20231913027)
RELATÓRIO DE VISTORIA: 62/2023 (Sei 72232872)	DATA: 23/08/2023

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Jéssika Pereira de Almeida – Gestora Ambiental	1.365.696-2	
Daniela Rodrigues da Mata – Gestora Ambiental	1.364.810-0	
Adhemar Ventura de Lima – Analista Ambiental	1.179.112-6	
Julita Guglinski Siqueira – Gestora Ambiental de Formação Jurídica	1.395.987-9	
De acordo: Lidiane Ferraz Vicente Coordenadora de Análise Técnica	1.097.369-1	
De acordo: Raiane da Silva Ribeiro Coordenadora de Controle Processual	1.576.087-9	



1. Resumo

O empreendimento Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda., nome fantasia Sucata Gomes, desenvolve suas atividades na zona rural do município de Santo Antônio do Aventureiro – MG. Em 18/04/2023 foi formalizado na Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata – URA ZM, via Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 820/2023, na modalidade de licenciamento LAC 2, para a fase de licença de operação corretiva (LOC).

A atividade a ser licenciada, de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017, foi enquadrada no código F-01-09-5 - Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados, área útil de 1,7 ha. Pelo seu porte Grande e potencial poluidor geral Médio, o empreendimento foi enquadrado na classe 4.

No que se refere aos critérios locacionais de enquadramento, incide sobre o empreendimento em tela “Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas”, de peso 1, conforme verificado na plataforma IDE – Sisema e informado no SLA. Desta forma, a conjugação da classe e do fator locacional justifica o procedimento de licenciamento concomitante (LAC2 – LOC) mediante apresentação de Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA).

No dia 23/08/2023 a equipe técnica da URA ZM esteve na área do empreendimento e realizou vistoria no local, conforme auto de fiscalização 62 (Sei 72232872), com a participação de representantes do empreendimento e da consultoria. A fim de dar prosseguimento na análise, em 31/08/2023 foram solicitadas informações complementares através do SLA, que foram atendidas tempestivamente pelo empreendedor.

O município de Santo Antônio do Aventureiro se manifestou favoravelmente à implantação do empreendimento, conforme certidão apresentada. Foi declarado no SLA que o empreendimento não gera impactos sobre terras indígenas, quilombolas e bens acautelados.

O empreendimento está inserido em área rural, tendo sido apresentado o recibo da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural.

O empreendimento fará uso de água proveniente de uma captação subterrânea, regularizada através da Certidão de Uso Insignificante nº 432878/2023, sendo autorizada a captação de 0,8 m³/h durante 2:00 horas/dia e uma captação superficial regularizada através da certidão de uso insignificante nº 432888/2023, que autoriza 1 l/s durante 1:00 hora/dia.



Na etapa de caracterização do empreendimento no SLA, foi declarado que não foram e nem serão realizadas intervenções ambientais passíveis de regularização, enquadradas no art. 3º do Decreto Estadual nº 47749/2019.

Os efluentes líquidos gerados pelo empreendimento são objeto de adequado tratamento, sendo o efluente sanitário destinado ao sistema de tratamento por fossa séptica com sumidouro. A destinação final dos resíduos sólidos apresenta-se ajustada às exigências normativas.

Desta forma, a URA Zona da Mata sugere o deferimento do pedido de licença ambiental de operação corretiva para o empreendimento Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

2. Introdução

2.1 Contexto histórico

Conforme informações prestadas no sistema SLA o empreendimento opera desde 08/11/2001. Tal situação se confirmou em vistoria, quando se constatou a operação do empreendimento, sem regularização ambiental ou Termo de Ajustamento de Conduta. Por este motivo, foi lavrado o Auto de Infração nº 321009/2023 pela operação sem a devida licença ambiental, tendo sido suspensas as atividades no local, nos termos do artigo 108 do Decreto Estadual nº 47383/2018.

No referido auto, também houve aplicação de advertência ao empreendedor, por “causar intervenção de qualquer natureza que possa resultar em poluição, degradação ou dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança e o bem estar da população”, em decorrência do lançamento direto de água proveniente da pia onde os funcionários lavam as mãos e do resfriamento da laminadora. Foi concedido o prazo de 90 dias para comprovação do devido direcionamento das águas para sistema de separação de água e óleo e/ou sistema de reuso.

Ainda, segundo informado na caracterização do empreendimento, não houve pedido de licenciamento ambiental anterior à 05/11/2019. Em pesquisa junto ao SIAM, verificou-se apenas registro da emissão de declarações de não passível de licenciamento, uma vez que a atividade informada pelo empreendedor na ocasião não estava listada na DN 74/2004 (vigente à época).

2.2 Caracterização do empreendimento

O empreendimento atua no ramo de reutilização de borracha, estando instalado e em funcionamento no Sítio Boa Vista, propriedade localizada na zona rural de Santo



Antônio do Aventureiro – MG. As coordenadas do local são 21°45'50.64"S e 42°48'16.73" O. A atividade realizada pela empresa está em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, conforme declaração apresentada.

O Sítio Boa Vista possui 47,67 ha e encontra-se ocupada majoritariamente por pastagem. Está inserida na bacia hidrográfica do rio do Aventureiro. Foram apresentados contrato de compra e venda entre empreendedor e proprietários do imóvel (referente a uma parte da área do empreendimento) e carta de anuência, onde os proprietários do imóvel consentem o uso pelo empreendimento, para as atividades requeridas em toda a área informada na caracterização.

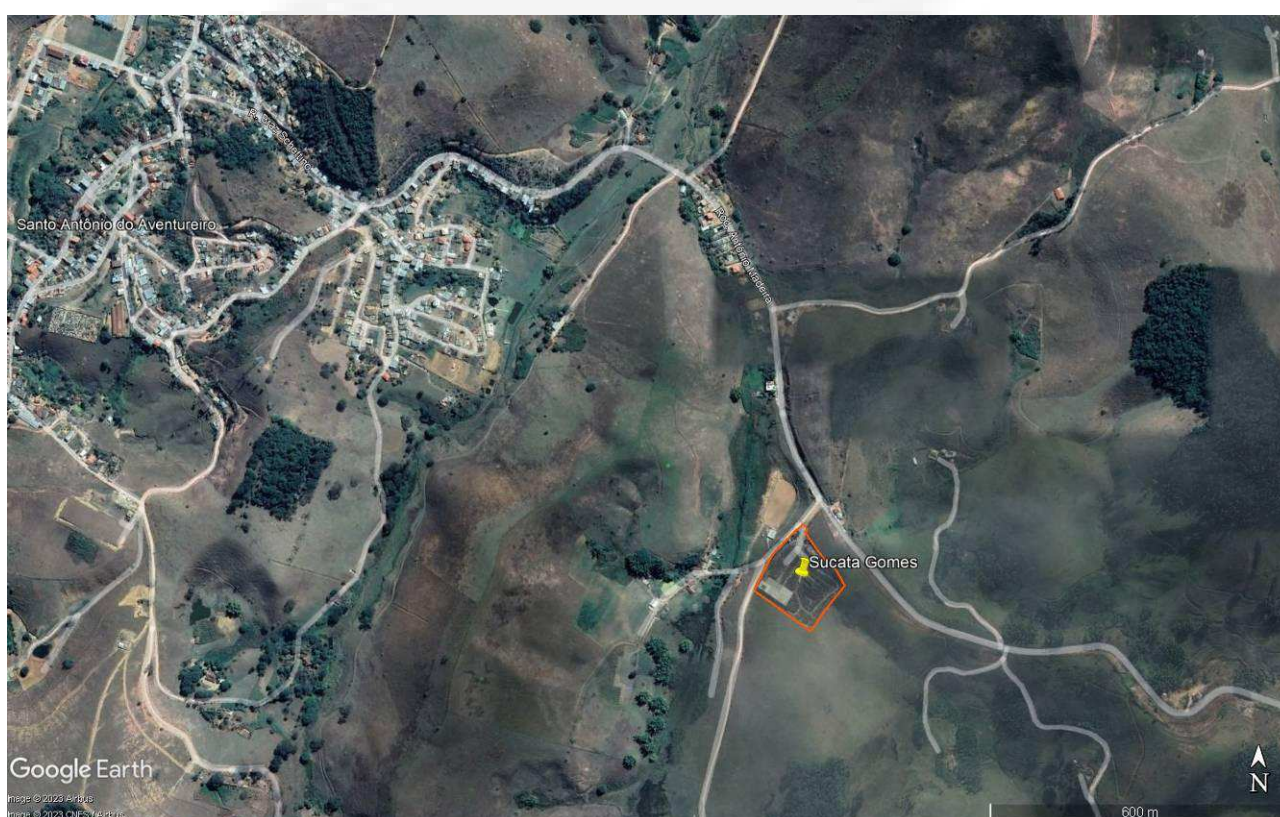


Figura 01: Localização do empreendimento. Fonte: Google Earth, data da imagem 24/06/2023.

O empreendimento Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda., de nome fantasia “Sucata Gomes” tem por objetivo o recebimento de material para reaproveitamento, consistindo em correias transportadoras de minério adquiridas, principalmente, junto à Vale. O material pode passar ou não por uma etapa de processo, a depender do produto a ser obtido.

A área útil informada corresponde a 17.000 m² (1,7 ha). A área construída equivale a 2.016 m², correspondendo a guarita e galpões. Nos galpões ocorre armazenamento de borracha em diferentes formatos e cabos de aço. Em um deles fica o escritório e em outro

Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa conta com 10 funcionários em um único turno de trabalho de 8h, de segunda a sexta-feira. Os 10 funcionários são distribuídos da seguinte forma: 2 no setor administrativo, 5 no setor operacional, 1 vigilante e 2 motoristas.

O fornecimento de água na unidade para consumo humano se dá através de captação em poço manual. Para suprimento de água com finalidade de aspersão de vias internas é feita captação superficial. Ambos os usos são regularizados por certidão de cadastro de uso insignificante.

O empreendimento não possui oficina e nem realiza manutenções de peças e equipamentos. Tal serviço é terceirizado, sendo contratado conforme a necessidade.

2.1. Insumos e equipamentos

O empreendimento não faz uso de demais insumos no processo produtivo, que consiste apenas no corte e laminação do material recebido (matéria prima), conforme o produto a ser obtido. A matéria prima utilizada corresponde à sucata de correias transportadoras de minério, constituídas pela combinação de malhas de tecido e camadas de borracha PVC (lona) e cabos de aço utilizados como suporte de tração. A imagem a seguir exemplifica a estrutura da correia transportadora.

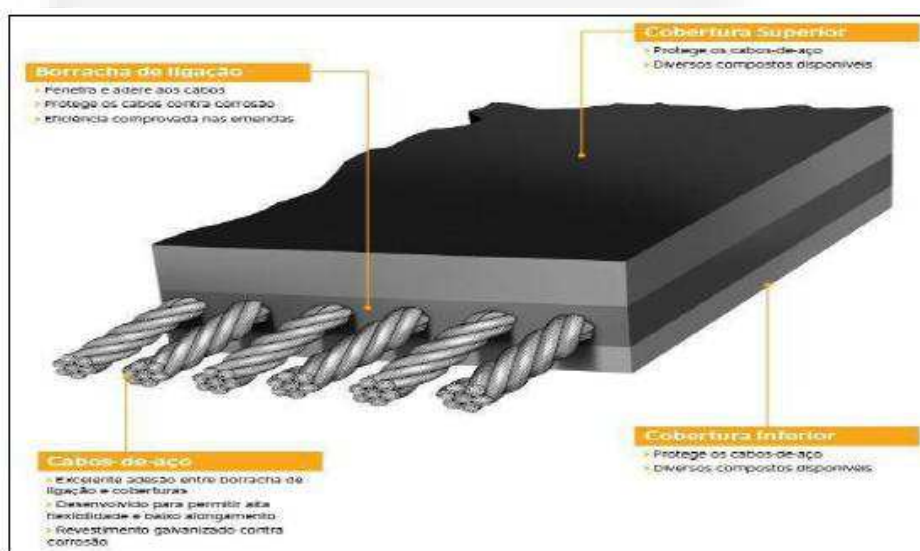


Figura 03: Estrutura da correia transportadora. Fonte: RCA.

A tabela a seguir traz a listagem dos equipamentos que são utilizados pela Sucata Gomes.

Quantidade	Equipamento
2	Pá Carregadeira e/ ou Retro
1	Caminhão Munck
1	Caminhão Toco
1	Empilhadeira
1	Trator de pneu 4x2
1	Bauer capacidade 3.000 litros
1	Laminadora TX 180

Tabela 01: Equipamentos. Fonte: RCA



2.2 Processo produtivo

O processo produtivo do empreendimento é bem simples e compreende as seguintes etapas:

- Recebimento
- Estocagem
- Preparação
- Laminação
- Acondicionamento do produto acabado
- Distribuição/venda

A matéria prima, que consiste em correias transportadoras de minério já inservíveis é adquirida de terceiro (VALE S.A.). Este produto que será reaproveitado e comercializado passa em um primeiro momento por uma etapa de avaliação, uma vez que o empreendimento em questão não compra material contaminado por produtos químicos, nem que contenham algum resíduo de produtos como solventes, tinta, óleo, graxa, dentre outros. Por suas características e para facilitar as operações de preparo para laminação, os rolos das correias são armazenados em pátio a céu aberto.

O transporte do material adquirido é realizado por meio de caminhões. Ao chegar no empreendimento, ocorre o descarregamento através do içamento da carga, com disposição desta no pátio de estocagem a céu aberto, com a finalidade de favorecer o processo de preparação deste material para o corte e/ou laminação. As correias chegam e ficam armazenadas em rolos.

As mantas de borracha extraídas dos rolos de correia são separadas e posicionadas no conjunto de rolamento para o cilindro puxador de borracha da laminadora. A laminadora atua na separação das camadas da correia, abrindo a manta entre as lonas para posterior extração dos cabos de aço e confecção das correias de borracha conforme a versatilidade de uso do produto acabado.

Havendo necessidade é feito também o corte da borracha com estiletes apropriados, para dar a forma necessária, de acordo com o uso a ser dado o material para reaproveitamento.

Nas etapas de transporte, descarga e preparação do material há geração de ruídos; na laminação há geração de ruídos, resíduos sólidos (aparas de borracha) e



efluente líquido em pequeno volume (proveniente do resfriamento da laminadora); no corte há geração de resíduos sólidos (aparas de borracha).

O produto acabado é armazenado nos galpões fechados até a sua distribuição para os compradores. Podem ser utilizados para diversas finalidades, entre elas, destacam-se: cocho para gado, forro de carroceria, apara barro, cordoalha para curral, etc. Os cabos de aço também podem ser utilizados na instalação de cercas, entre outros usos possíveis.

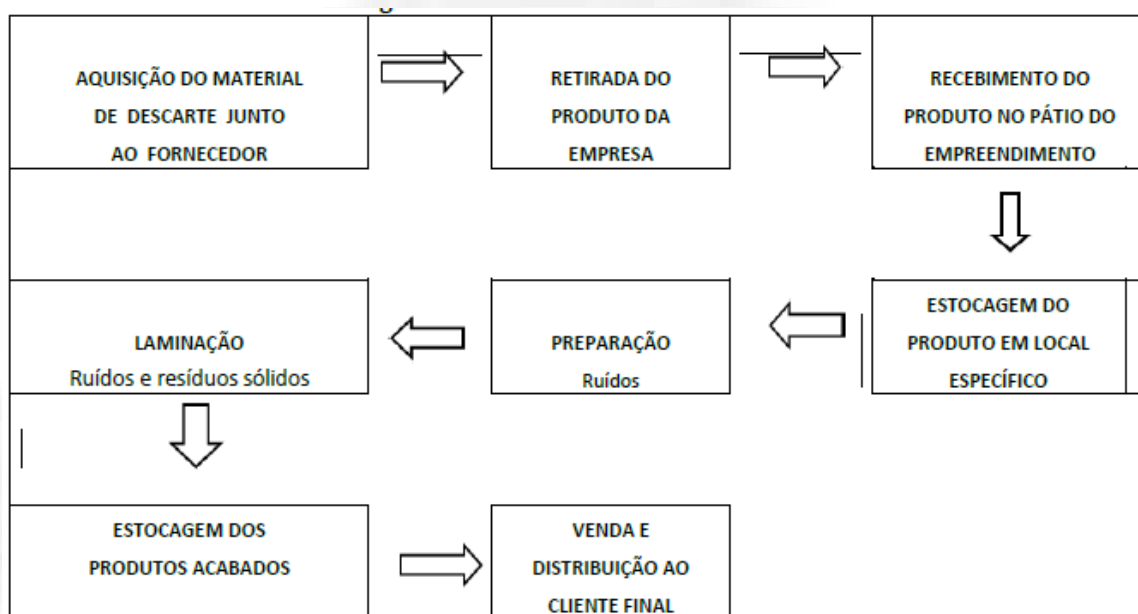


Figura 04: Fluxograma do processo produtivo. Fonte: RCA

3. Diagnóstico Ambiental

Considerando que o empreendimento se encontrava em operação, estão sendo avaliados os impactos e medidas mitigadoras apresentados nos estudos. Não houve, nem haverá qualquer tipo de intervenção ambiental. Avaliou-se também o diagnóstico ambiental através da consulta de restrições ambientais disponíveis no IDE Sisema. O entorno do empreendimento é composto predominantemente por propriedades rurais com atividade agrossilvipastoril.

3.1 Critérios locais incidentes

Conforme verificado na plataforma IDE – Sisema, e informado no SLA, o empreendimento possui incidência do critério locais de enquadramento “Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas” (peso 1).



Foi apresentado estudo referente a este critério locacional, que foi elaborado contendo as respostas aos questionamentos elencados no termo de referência disponibilizado no site da SEMAD. O empreendimento está inserido na zona de transição da Reserva da Biosfera Mata Atlântica. Conforme informado, o empreendimento não implicará em intervenção ambiental, nem causa impactos sobre comunidades tradicionais, manifestações culturais, atividades turísticas, fauna ou vegetação.

3.2 Unidades de conservação

Em consulta à plataforma IDE-Sisema, não foram encontrados registros de unidades de conservação, nem áreas prioritárias para criação de unidades de conservação no município de Santo Antônio do Aventureiro.

3.3 Recursos hídricos

O empreendimento localiza-se dentro da bacia do Rio Paraíba do Sul, sub bacia do rio Aventureiro e rio Angu, sendo o curso hídrico mais próximo o córrego da Areia e um curso d'água sem nome. Ressalta-se que não há qualquer tipo de lançamento de efluente em corpo d'água. Segundo consta do RCA, os principais usos de água nas proximidades são para agropecuária.

O fornecimento de água no empreendimento será realizado através captação subterrânea por meio de poço manual, para atender o consumo humano e uso na laminadora. A referida captação está regularizada através da certidão de uso insignificante nº 432878/2023, que autoriza 0,8 m³/h durante 2:00 horas/dia, totalizando 1,6 m³/dia. Já para aspersão de vias internas, é realizada captação superficial no córrego Areia, em propriedade vizinha, regularizada através da certidão de uso insignificante nº 432888/2023, que autoriza 1 l/s durante 1:00 hora/dia, totalizando 3,6 m³/dia

3.4 Fauna

O empreendimento está inserido em uma circunvizinhança composta predominantemente por propriedades rurais com atividade agrossilvipastoril, não havendo vegetação em seu entorno imediato. Além disto, não foram listados quaisquer impactos da atividade em questão sobre qualquer grupo faunístico.

3.5 Flora

Conforme informado no SLA, não haverá qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento. Não se verificam formações florestais nas proximidades na área em que são desenvolvidas as atividades, nem foram listados impactos relacionados à flora.



3.6 Cavidades naturais

O empreendimento se encontra em área de baixo potencial em cavidades, conforme dados do IDE Sisema e também não há registros de cavidades no entorno do empreendimento. Registra-se também que a atividade em questão não tem potencial impacto sobre cavidades.

3.7 Socioeconomia

Não foram declarados impactos socioeconômicos nos estudos apresentados. Ressalta-se que as atividades desenvolvidas não são consideradas de significativo impacto ambiental.

3.8. Reserva legal e área de preservação permanente

O empreendimento Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda. está instalado no imóvel denominado Sítio Boa Vista, situado na zona rural de Santo Antônio do Aventureiro. O imóvel em questão possui uma área de 47,0067 ha, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Além Paraíba sob a matrícula 11418, Livro nº 2.

Conforme averbação à margem da matrícula em questão, a propriedade possui 9,4 ha de área de Reserva Legal. Trata-se de área composta por remanescente de Mata Atlântica Secundária e áreas em avançado estado de regeneração, localizada o topo do morro e do afloramento rochoso na divisa com outra propriedade. A área de Reserva Legal representa 20% da área total da propriedade.

Também foi apresentado recibo do registro do imóvel no CAR: MG-3160009-E4ED.6183.2E7B.4311.8205.E6A2.B96C.76B4, onde a área total da propriedade foi demarcada com 48,2489 ha, sendo 9,4071 ha como Reserva Legal.

Com a edição da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.132/2022, publicada em 13/04/2022, o Cadastro Ambiental Rural passou por nova regulamentação procedimental, sendo no momento possível apenas a aprovação da localização da Reserva Legal das propriedades. A análise completa será realizada via módulo de análise do SISCAR, em momento oportuno, cujas inconsistências encontradas durante a análise serão enviadas ao proprietário via central do proprietário, para a resolução.

Neste sentido, incidirá a regra prevista no art. 75 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.132/2022.

Art. 75 – As áreas de Reserva Legal cujas localizações forem aprovadas no bojo dos processos de LAC ou LAT terão sua aprovação realizada pelas Suprams ou Suppri no Módulo de



Análise do SICAR, quando da renovação das respectivas licenças ou dos pedidos de ampliação das atividades ou empreendimentos.

Dessa forma, são essas as informações possíveis de análise de acordo com a legislação vigente.

4. Compensações ambientais

O empreendimento não é causador de significativo impacto (Lei Federal nº 9.985/2000) e nem realizou/realizará intervenções ambientais. Assim, fica dispensado de realizar compensações ambientais legalmente instituídas.

5. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

5.1 Efluentes líquidos

O empreendimento gera efluentes de origem sanitária (banheiro/vestiário). Embora não tenha sido considerada no RCA e PCA a geração de efluente industrial, foi informado em vistoria que o funcionamento da laminadora implica na utilização de água para seu resfriamento, o que ocorre em pequeno volume.

Todo efluente sanitário é destinado para tratamento em fossa séptica com filtro e lançamento em sumidouro. É considerada uma geração de efluente sanitário da ordem de 0,7 m³/dia, pelos 10 funcionários da empresa. Segundo consta do PCA, este sistema de tratamento encontra-se 133 m distante do curso d'água e 122 m de nascente.

A água utilizada para resfriamento da laminadora, assim como a água que escoava de uma pia que fica ao lado do equipamento (utilizada pelos funcionários para lavagem das mãos) eram lançadas diretamente em solo. Segundo consta dos autos do processo e informado em vistoria, não há contato entre óleo no equipamento e a água do resfriamento. Na ocasião de tal constatação e em sede de solicitação de informação complementar, a equipe da URA ZM informou a necessidade de se implantar o devido direcionamento destes efluentes, bem como um sistema de caixa separadora de água e óleo como uma medida de segurança adicional, o que foi executado e comprovado por meio de relatório fotográfico.

Ainda em sede de resposta de informação complementar, foi declarado por parte do empreendimento que não há utilização de qualquer substância oleosa. Qualquer manutenção que venha a ser necessária nos equipamentos é feita mediante contratação de serviço externo, não havendo, portanto, geração de efluente oleoso.



5.2. Resíduos sólidos

O principal objetivo do empreendimento é dar um uso nobre a todo resíduo adquirido (correias transportadoras de minério), havendo apenas uma pequena sobra não reaproveitável. A sobra mencionada equivale às tiras de borrachas (resíduo inerte), geradas nas etapas de corte e laminação, sendo este o único resíduo sólido proveniente do processo produtivo. As tiras de borracha são estocadas a céu aberto até que sejam encaminhadas para destinação final junto a aterro da Essencis MG Soluções Ambientais. A equipe da URA Zona da Mata, considerando as características de tais resíduos, sugere que o empreendedor, delimite *in loco* e sinalize a área de armazenamento temporário destes resíduos, a fim que os mesmos não se misturem nem se espalhem pelo local.

Demais resíduos gerados nas dependências da Sucata Gomes são os de natureza doméstica, provenientes de sanitários e escritórios. Estes são acondicionados e posteriormente, coletados pelo serviço urbano de limpeza pública de Santo Antônio do Aventureiro. Os resíduos sólidos coleados possuem destinação final junto ao aterro sanitário da empresa Compromisso Ambiental Comércio de Material Reciclável Ltda.

Conforme já mencionado, foi declarado expressamente em sede e informação complementar que o empreendimento não gera qualquer resíduo oleoso.

5.3. Emissões atmosféricas

A atividade do empreendimento não gera emissões atmosféricas. A emissão de gases de combustão pela operação de veículos foi considerada irrisória no RCA devido à pequena quantidade e ao porte dos equipamentos.

Entretanto, o trânsito de veículos no pátio dá origem a uma emissão mínima e descontínua de material particulado (poeira). Como medida de controle para esta emissão, todas as vias de circulação são umedecidas. Realiza-se inspeção visual das condições do ar, principalmente em época de seca, para averiguar a necessidade de umectação das vias, que é realizada com equipamento próprio do empreendimento.

5.4. Ruídos

Os níveis de ruídos provenientes da laminadora e máquinas foram considerados de baixa magnitude, não ultrapassando os limites do empreendimento. Conforme laudo apresentado, o ruído foi mensurado em 36 dB diurno (não há geração no período noturno). Seus efeitos diretos ocorrem apenas sobre os funcionários. Em virtude destas características informadas, não será imposta avaliação de ruídos no automonitoramento, ficando a cargo do empreendedor verificar a necessidade de realização das análises.



Como medida mitigadora para este impacto, o empreendedor propõe realizar a manutenção periódica e preventiva dos seus equipamentos, fornecimento, conscientização e treinamento dos funcionários quanto ao uso correto dos EPI's (Equipamentos de Proteção individual) e realizar avaliação do nível de pressão sonora sobre trabalhadores, sempre que há adequações em máquinas, equipamentos e veículos.

5.5 Águas pluviais

Foi apresentado projeto para implantação/adequação do sistema de águas pluviais do empreendimento, composto por canaletas meia cana, caixas de coleta e passagem e tanques de retardo, com a finalidade de retenção de material carreado e redução da velocidade de escoamento superficial das águas pluviais. Não haverá direcionamento das águas captadas e nenhum corpo receptor.

Conforme cronograma, as ações serão realizadas em um horizonte de 4 meses. As caixas de coleta e passagem deverão ser inspecionadas periodicamente, principalmente no período chuvoso.

6. Controle Processual

6.1. Relatório – análise documental

A fim de resguardar a legalidade do processo administrativo consta nos autos a análise de documentos capaz de atestar que a formalização do Processo Administrativo nº 820/2023 ocorreu em concordância com as exigências documentais constantes do SLA, bem como as complementações decorrentes da referida análise em controle processual, com lastro no qual avançamos à análise do procedimento a ser seguido em conformidade com a legislação vigente e os parâmetros mínimos estabelecidos pela SEMAD.

6.2. Análise procedimental – formalização, análise e competência decisória

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 preceitua que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como um dos instrumentos para concretizar o comando constitucional, a Lei Federal nº 6.938/1981 previu, em seu artigo 9º, IV, o licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, e estabeleceu, em seu artigo 10, obrigatoriedade do prévio licenciamento ambiental à construção, instalação, ampliação e funcionamento de



estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

A Lei Estadual nº 21.972/2016, em seu artigo 16, condiciona a construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ao prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento.

Esse diploma normativo estadual, em seu artigo 18, previu o licenciamento ambiental trifásico, bem assim o concomitante, absorvendo expressamente as normas de regulamentos preexistentes.

O Decreto Estadual nº 47.383/2018 também previu o procedimento trifásico, e reconheceu a possibilidade de regularização mediante procedimento corretivo, nos termos do artigo 32, para aqueles que se encontram em situação de instalação ou operação irregular em termos de licenciamento ambiental. Enquadra-se o caso em análise nesse dispositivo.

Assim, visando retornar ao curso natural do licenciamento, andou no sentido da formalização do devido processo administrativo, conforme rito estabelecido pelo artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237/1997, iniciando-se com a definição pelo órgão ambiental, mediante caracterização do empreendimento por seu responsável legal, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo correspondente.

Quanto ao cabimento do AVCB, a matéria é disciplinada pela Lei Estadual nº 14.130/2001, regulamentada atualmente pelo Decreto Estadual nº 44.746/2008, descabendo ao SISEMA a definição de seus limites ou a fiscalização quanto ao seu cumprimento. Ao SISEMA, à exceção da instrução do processo de LO para postos de combustíveis, a teor do disposto no artigo 7º da Resolução CONAMA nº 273/2000, caberá exercer as atividades de fiscalização dos empreendimentos de acordo com sua competência estabelecida na legislação em vigor.

Ainda, no âmbito do licenciamento ambiental, o CONAMA, nos termos do artigo 5º, II, c, da Resolução nº 273/2000, estabeleceu o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) como elemento de instrução do processo administrativo para obtenção de LO apenas para as atividades de postos de combustíveis.

Nesse sentido, conforme relatado, o empreendimento não possui estruturas destinadas às atividades descritas na Resolução CONAMA nº 273/2000, qual seja posto de abastecimento de combustível, correspondentes ao código F-06-01-7 da DN COPAM



nº 217/2017. Dessa forma, para o empreendimento em questão, a apresentação de AVCB não é obrigatória.

Considerando a suficiente instrução do processo, recomenda-se o encaminhamento para decisão no mérito do pedido. Importante frisar que o empreendimento está enquadrado como microempresa, estando isento, portanto, dos custos de análise, nos termos da Lei Estadual nº 22.796/2017.

Noutro giro, conforme previsto no artigo 8º, XIV, da Lei Complementar nº 140/2011, inclui-se dentre as ações administrativas atribuídas ao Estado o licenciamento ambiental da atividade desenvolvida pelo empreendimento.

Quanto à competência para deliberação, esta dever ser aferida pela Lei Estadual nº 21.972/2016, fazendo-se necessário verificar o enquadramento da atividade no que tange ao seu porte e ao potencial poluidor.

Considerando que o empreendimento é de grande porte e de médio potencial poluidor/degradador, tem-se seu enquadramento na classe 4 (quatro), o que conduz a competência para decisão à CID/COPAM, nos termos do art. 3º, III, “b” c/c art. 14, IV, “b”, do Decreto Estadual nº 46.953/2016.

Nessa hipótese, aplica-se ainda o disposto no artigo 14, § 1º, II da referida norma, que assim dispõe:

“Art. 14 – A CMI, a CID, a CAP e a CIF têm as seguintes competências:

[...]

§ 1º – As respectivas áreas de competência para deliberação sobre processo de licenciamento ambiental pelas câmaras técnicas especializadas são:

[...]

II – Câmara de Atividades Industriais – CID: atividades industriais, de serviços e comércio atacadista, exceto serviços de segurança, comunitários e sociais, atividades não industriais relacionadas à sua operação e demais atividades correlatas; [...]

Nesse sentido, atribui-se à Câmara de Atividades Industriais – CID do COPAM a competência para decisão sobre o pedido de Licença de Operação Corretiva em análise.



Assim, concluída a análise, deverá o processo ser incluído em pauta para julgamento pela Câmara de Atividades Industriais – CID do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.

6.3. Viabilidade jurídica do pedido

6.3.1. Da Política Florestal (agenda verde)

O empreendimento encontra-se instalado em imóvel rural do município de Santo Antônio do Aventureiro/MG, conforme consta da Certidão de Registro de Imóvel anexada aos autos, tendo apresentado o recibo de inscrição do imóvel rural no CAR.

Conforme constou dos autos, e observando as coordenadas geográficas de ponto de amarração do empreendimento, este não se localiza em Zona de Amortecimento ou Unidade de Conservação, dentre aquelas definidas pela Lei Federal nº 9.985/2000 e pela Lei Estadual nº 20.922/2013.

Lado outro, ainda com referência à política florestal vigente, e conforme consta dos estudos ambientais apresentados, bem assim dos dados coletados em vistoria, observa-se a inexistência de intervenções ambientais na área do empreendimento.

Por fim, não foi constatada pela equipe técnica a ocorrência de significativo impacto ambiental decorrente da atividade a ser desenvolvida pelo empreendimento, prevista no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/2000.

6.3.2. Da Política de Recursos Hídricos (agenda azul)

A água utilizada pelo empreendimento encontra-se regularizada através das Certidões de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 432878/2023 (Processo nº 61012/2023) e nº 432888/2023 (Processo nº 61023/2023). Dessa forma, o uso de recursos hídricos encontra-se em consonância com a política estadual de recursos hídricos.

6.3.3. Da Política do Meio Ambiente (agenda marrom)

Retomando o objeto do presente Processo Administrativo, com requerimento de Licença de Operação Corretiva, passa-se à avaliação quanto ao controle das fontes de poluição ou degradação ambiental.

Da análise dos parâmetros de classificação informados e constatados, concluiu-se que o empreendimento se enquadra na classe 4, passível, pois, do licenciamento ambiental clássico, porém de forma corretiva, conforme previsto no artigo 32 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.



Assim, considerando a viabilidade técnica do empreendimento proposto, e a observância da legislação ambiental vigente, vinculada ao cumprimento das condicionantes sugeridas no anexo I, atestamos a viabilidade jurídica do pedido.

No que tange ao prazo da licença, dispõe o Artigo 32, §4º, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, que a licença ambiental corretiva terá seu prazo de validade reduzido em dois anos a cada infração administrativa de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento ou atividade, desde que a respectiva penalidade tenha se tornado definitiva nos cinco anos anteriores à data da concessão da licença.

Entretanto, não foram constatadas penalidades que tenham se tornado definitivas nos cinco anos anteriores à data da concessão da licença. Assim, conforme o disposto no artigo 15, IV, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a licença deverá ter seu prazo fixado em 10 (dez) anos.

7. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de LOC, para o empreendimento Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda., para a atividade de Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados no município de Santo Antônio do Aventureiro, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Câmara de Atividades Industriais (CID) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam).

Oportuno advertir ao empreendedor que a análise negativa quanto ao cumprimento das condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I), bem como qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a URA Zona da Mata, tornam o empreendimento em questão passível de ser objeto das sanções previstas na legislação vigente.

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa, nem substitui, a obtenção, pelo requerente, de outros atos autorizativos legalmente exigíveis.

A análise dos estudos ambientais pela Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, não exime o empreendedor de sua responsabilidade técnica e jurídica sobre estes, assim como da comprovação quanto à eficiência das medidas de mitigação adotadas.

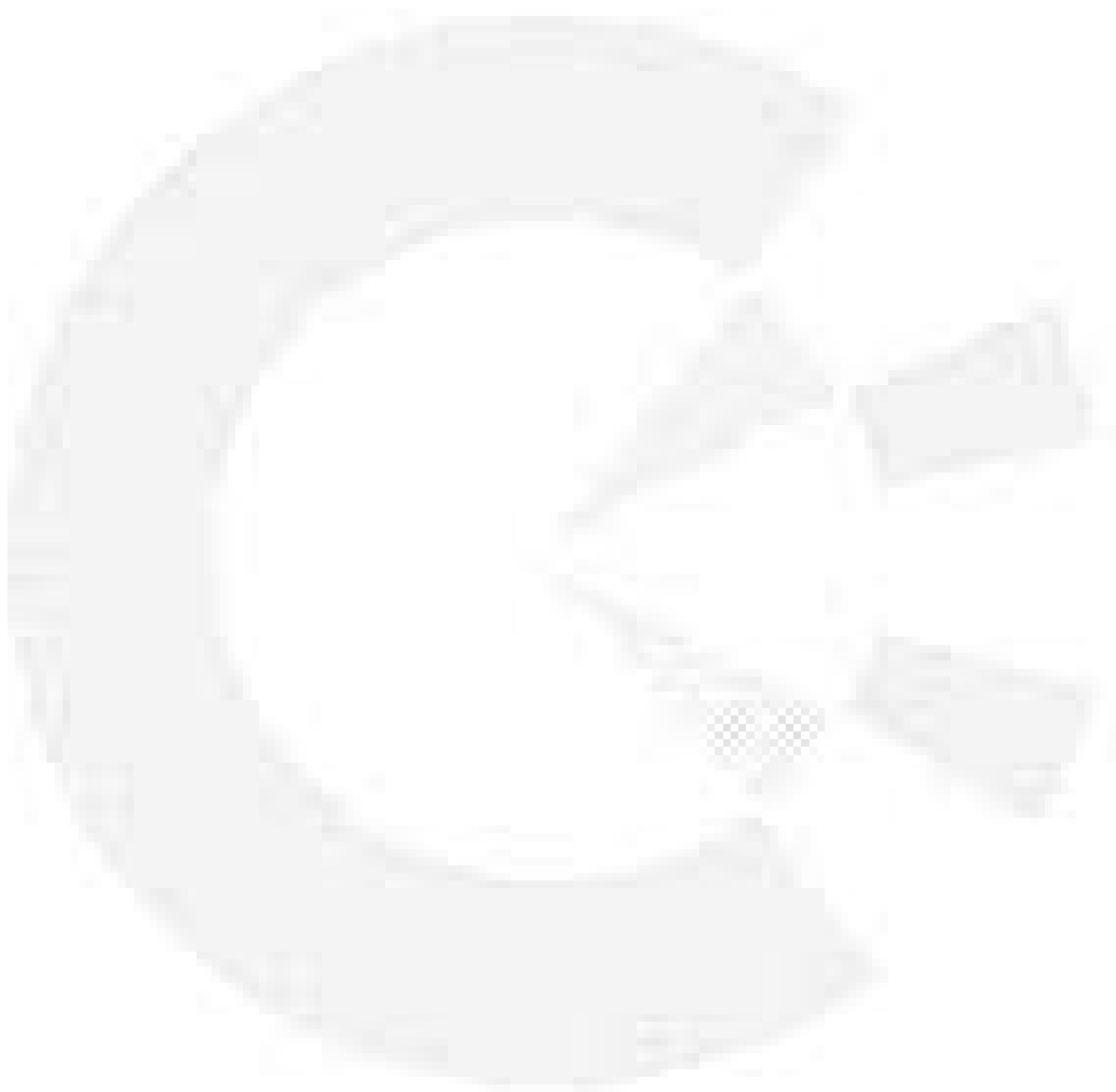


8. Anexos

Anexo I. Condicionantes para LOC de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

Anexo II. Programa de Automonitoramento de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

Anexo III. Relatório fotográfico de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.





ANEXO I

Condicionantes para LOC de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

Empreendedor: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda. Empreendimento: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda. CNPJ: 04.763.278/0001-71 Município: Santo Antônio do Aventureiro Código e atividade DN 217/2017: F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados Processo: 820/2023 Validade: 10 anos		
Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da licença (LO)
02	Implantar delimitação e sinalização para o armazenamento temporário dos resíduos do processo produtivo (tiras de borracha). Comprovar, através do envio de relatório descritivo/fotográfico, as ações empreendidas.	90 dias
03	Implantar o sistema de drenagem pluvial, conforme projeto. Comprovar, através do envio de relatório descritivo/fotográfico, as ações empreendidas. O relatório deverá trazer informações acerca da destinação final do volume captado pelo sistema, que não será lançado em curso d'água.	120 dias
04	Realizar a aspersão das vias de circulação, manutenção de equipamentos e do sistema de drenagem pluvial, sempre que necessário. Comprovar, através do envio de relatório descritivo/fotográfico, as ações empreendidas.	Anualmente, durante a vigência da licença
05	Na ocorrência de qualquer impacto ambiental não previsto nos estudos ambientais apresentados, a URA ZM deverá ser informada através de relatório técnico com descrição dos impactos e medidas de controle ambiental pertinentes. Além de paralisar imediatamente as atividades que provocaram os respectivos impactos.	Durante a vigência da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

OBS: O cumprimento das condicionantes estabelecidas neste parecer deverá ser protocolado junto ao processo **SEI nº 1370.01.0039800/2023-36**



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da LOC de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

Empreendedor: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.

Empreendimento: Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda

CNPJ: 04.763.278/0001-71

Município: Santo Antônio do Aventureiro

Código e atividade DN 217/2017:

F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados

Processo: 820/2023

Validade: 10 anos

1. Efluentes líquidos

Considerando que os sistemas de tratamento de efluentes foram projetados com lançamento final em sumidouro;

Considerando a distância entre a localização dos sistemas de tratamento e o curso d'água informada nos autos do processo;

Considerando o estabelecido no artigo 23 da DN COPAM-CERH/2022, em que se estabelece que *“A disposição de efluentes no solo, mesmo tratados, não está sujeita aos parâmetros e padrões de lançamento dispostos nesta deliberação normativa, não podendo, todavia, causar poluição ou contaminação das águas”*;

Para o processo em análise, não será proposto o programa de automonitoramento referente a efluentes líquidos. Tal fato não impede que o empreendedor realize as análises que julgar necessárias, podendo, inclusive, utilizar-se delas para acompanhamento da eficiência de seus sistemas de tratamento.

Com o objetivo de garantir a eficiência dos sistemas, o empreendedor deverá realizar manutenções e limpezas periódicas, conforme projeto, ou quando necessário, cabendo ao empreendedor e ao responsável técnico a garantia do pleno e eficiente funcionamento do sistema.

Relatórios: Enviar, anualmente, à URA ZM, relatórios das ações de manutenções e limpezas periódicas, bem como informações acerca do funcionamento e eficiência de cada um dos sistemas de tratamento de efluentes instalados no empreendimento.



2. Resíduos sólidos e oleosos

1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTA DOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 – Incineração

2.1 Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.



- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO III

Relatório Fotográfico da LOC de Edineia Batista Gomes Silva & Cia Ltda.



Foto 01. Matéria-prima: correias transportadoras de minério



Foto 02. Máquina laminadora



Foto 03. Resíduo do processo: tiras de borracha



Foto 04. Armazenamento de produto acabado